



BADESUL - RS

Assistente Técnico Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos: Assunto; Estruturação do texto; Ideias principais e secundárias; Relação entre as ideias; Efeitos de sentido; Informações implícitas: pressupostos e subentendidos	1
Figuras de linguagem	7
Recursos de argumentação	13
Coesão e coerência textuais	15
Substituição de palavras e de expressões no texto	17
Estrutura e formação de palavras	18
Léxico: Significação de palavras e expressões no texto; Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	21
Ortografia (emprego de letras e acentuação gráfica, sistema oficial vigente)	23
Relações entre fonemas e grafias	27
Flexões e emprego de classes gramaticais	30
Vozes verbais e sua conversão	43
Concordância nominal e verbal	49
Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase)	53
Pontuação (regras e implicações de sentido)	56
Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas; Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos	60
Questões	71
Gabarito	84

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juros simples: capitalização simples, remuneração de capital, cálculo do montante e principal. Juros compostos: capitalização composta, cálculo do montante e principal. Taxas de juros. Taxa de juro nominal. Equivalência entre taxa nominal e efetiva. Taxa de juros e inflação	1
Desconto. Desconto racional simples. Desconto comercial simples. Taxa de desconto efetiva. Desconto financeiro composto. Desconto comercial composto	8

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Séries de pagamentos/recebimentos. Valor presente de séries uniformes. Taxa interna de retorno	12
Probabilidade e estatística: população e amostra. Principais gráficos estatísticos	22
Problemas simples de probabilidades.....	30
Questões	35
Gabarito.....	43

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Regulamentação das Agências de Fomento: Constituição e funcionamento das agências de fomento. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001 e respectivas alterações.....	1
Circular nº 3.978, 23 de janeiro de 2020 (Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo)	4
Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências	24
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)....	39
Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências	63
RESOLUÇÃO CMN Nº 4.949, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021- Dispõe sobre princípios e procedimentos a serem adotados no relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços	67
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	72
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências	105
Questões	112
Gabarito.....	117

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Proposições simples e compostas. Álgebra proposicional. Proposições e conectivos: Conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: Negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica, Leis De Morgan. Argumentação e dedução lógica. Diagramas lógicos. Argumentos Lógicos Dedutivos. Argumentos Categóricos. Habilidades de raciocínio, envolvendo: elaboração de argumentos e avaliação da argumentação. Conclusões apropriadas. Sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas. Interpretação de Texto 1

Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas 21

Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais 25

Problemas Lógicos 30

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Propriedades das operações 34

Múltiplos e divisores, números primos 41

Mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum 47

Regra de três simples e composta 50

Porcentagem 53

Progressões aritméticas e progressões geométricas 55

Princípios de contagem e probabilidade. Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo, combinação, arranjo e permutação 60

Operações com conjuntos 70

Questões 77

Gabarito 86

SUMÁRIO



SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



JUROS SIMPLES

Os juros simples (ou capitalização simples) representam a compensação em dinheiro pelo empréstimo ou aplicação de um capital, a uma taxa previamente combinada, durante um determinado período. Nesse regime, os juros são calculados apenas sobre o capital inicial, permanecendo constantes em cada intervalo de tempo. Em outras palavras, a remuneração é diretamente proporcional ao valor aplicado e ao tempo de aplicação.

► Fórmula do Juros Simples

$$J = C \cdot i \cdot n$$

onde:

- J: juros
- C: capital inicial
- i: taxa de juros (em forma decimal)
- n: tempo de aplicação (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano etc.)

► Observações Importantes

- A taxa de juros e o tempo devem estar no mesmo período. Exemplo: se a taxa for ao mês, o tempo também deve estar em meses.
- A fórmula é simples de memorizar, lembrando as iniciais de JUROS SIMPLES.
- A fórmula pode ser reorganizada para calcular qualquer uma das variáveis, pois ao conhecer três valores é possível encontrar o quarto (J, C, i ou n)

Exemplo 1: Maria quer comprar uma bolsa que custa R\$ 85,00 à vista. Como não tinha essa quantia no momento e não queria perder a oportunidade, aceitou a oferta da loja de pagar duas prestações de R\$ 45,00, uma no ato da compra e outra um mês depois. A taxa de juros mensal que a loja estava cobrando nessa operação era de:

- (A) 5,0%
- (B) 5,9%
- (C) 7,5%
- (D) 10,0%
- (E) 12,5%

Resolução:

O juro incide apenas sobre a segunda parcela, pois a primeira foi paga no ato. Sendo assim, o valor devido seria R\$40,00 (85 - 45) e a parcela a ser paga de R\$45.



RESOLUÇÃO Nº 2.828

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 29 de março de 2001, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida lei e no art. 1º, § 2º, da Medida Provisória nº. 2.139-64, de 27 de março de 2001,

R E S O L V E U :

Art. 1º Estabelecer que dependem de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o funcionamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação, cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.

§ 1º Para efeito do disposto nesta Resolução:

I - Unidades da Federação são os Estados e o Distrito Federal;

II - projetos são empreendimentos que visem à ampliação ou à manutenção da capacidade produtiva de bens e serviços, previstos em programas de desenvolvimento econômico e social da Unidade da Federação onde tenham sede.

(Parágrafo 1º com redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009).

§ 2º As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º A expressão Agência de Fomento, acrescida da indicação da Unidade da Federação controladora, deve constar obrigatoriamente da denominação social da instituição de que trata este artigo.

§ 4º A concessão, por parte do Banco Central do Brasil, de autorização para o funcionamento de agência de fomento está condicionada ao atendimento das disposições constantes do Regulamento Anexo I à Resolução nº. 2.099, de 17 de agosto de 1994, e regulamentação complementar.

§ 5º As agências de fomento integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na condição de órgãos vinculados auxiliares.

§ 6º As agências de fomento não podem ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 7º O Banco Central do Brasil autorizará a constituição de uma única agência de fomento por Unidade da Federação.

Art. 2º As agências de fomento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de: (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

I - fundos e programas oficiais; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

II - orçamentos federal, estaduais e municipais; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)



Raciocínio Lógico

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$. Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.
- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.
- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.